



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO - AQUISIÇÃO IMEDIATA

1.1. Aquisição de ESTOJOS PLÁSTICOS para armazenamento e transporte das mídias utilizadas nas Urnas Eletrônica, assim como os MOLDES e as FACAS DE CORTE necessários ao processo de fabricação e entrega dos já mencionados ESTOJOS PLÁSTICOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01 - COMPOSTO PELOS ITENS 01 A 12

Item 01 - Estojo Plástico - Modelo TRE-MS: MA20

- Confeccionado em PET cristal (Politereftalato de Etileno), ABS (Acrilonitrila butadieno estireno) transparente ou PS (Poliestireno) transparente;
- Espessura: 0,8mm, sendo admitida variação máxima de 0,2mm (entre 0,6mm e 1,00 mm);
- Tipo maleta com fecho e abertura para lacração;
- Borda sulcada para garantir o fechamento do estojo (vide ANEXO II);
- Projeto de estojo com borda sem chanfro / não sulcada não será aceito (vide ANEXO II);
- Inscrição "Justiça Eleitoral" gravada em alto relevo na tampa da caixa;
- Produzido pelo processo de termoformagem;
- Capacidade para armazenamento: no mínimo 20 MÍDIAS DE APLICAÇÃO

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
322105	Unidade	350	R\$ 11,87	R\$ 4.154,50	R\$ 0,01

Item 02 - Molde para estojo de mídia modelo MA20

Molde em alumínio para a fabricação dos estojos plásticos modelo MA20. Deve ser com refrigeração.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 5.980,00	R\$ 5.980,00	R\$ 0,01

Item 03 - Faca de corte para estojo de mídia modelo MA20

Faca de Corte para separação dos estojos plásticos, modelo MA20, no processo de fabricação.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 0,01

Item 04 - Estojo Plástico - Modelo TRE-MS: MA50

- Confeccionado em PET cristal (Politereftalato de Etileno), ABS (Acrilonitrila butadieno estireno) transparente ou PS (Poliestireno) transparente;
- Espessura: 0,8mm, sendo admitida variação máxima de 0,2mm (entre 0,6mm e 1,00 mm);
- Tipo maleta com fecho e abertura para lacração;
- Borda sulcada para garantir o fechamento do estojo (vide ANEXO II);
- Projeto de estojo com borda sem chanfro / não sulcada não será aceito (vide ANEXO II);
- Inscrição "Justiça Eleitoral" gravada em alto relevo na tampa da caixa;
- Produzido pelo processo de termoformagem;
- Capacidade para armazenamento: no mínimo 50 MÍDIAS DE APLICAÇÃO.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
322105	Unidade	150	R\$ 12,68	R\$ 1.902,50	R\$ 0,01

Item 05 - Molde para estojo de mídia modelo MA50

- Molde em alumínio para a fabricação dos estojos plásticos modelo MA50.
- Deve ser com refrigeração.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 5.980,00	R\$ 5.980,00	R\$ 0,01

Item 06 - Faca de corte para estojo de mídia modelo MA50

- Faca de Corte para separação dos estojos plásticos, modelo MA50, no processo de fabricação.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 0,01

Item 07 - Estojo Plástico - Modelo TRE-MS: MR20

- Confeccionado em PET cristal (Politereftalato de Etileno), ABS (Acrilonitrila butadieno estireno) transparente ou PS (Poliestireno) transparente;
- Espessura: 0,8mm, sendo admitida variação máxima de 0,2mm (entre 0,6mm e 1,00 mm);
- Tipo maleta com fecho e abertura para lacração;
- Borda sulcada para garantir o fechamento do estojo (vide ANEXO II);
- Projeto de estojo com borda sem chanfro / não sulcada não será aceito (vide ANEXO II);
- Inscrição “Justiça Eleitoral” gravada em alto relevo na tampa da caixa;
- Produzido pelo processo de termoformagem;
- Capacidade para armazenamento: no mínimo 20 MÍDIAS DE RESULTADO.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
322105	Unidade	350	R\$ 11,87	R\$ 4.154,50	R\$ 0,01

Item 08 - Molde para estojo de mídia modelo MR20

- Molde em alumínio para a fabricação dos estojos plásticos modelo MR20.
- Deve ser com refrigeração.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 5.980,00	R\$ 5.980,00	R\$ 0,01

Item 09 - Faca de corte para estojo de mídia modelo MR20

- Faca de Corte para separação dos estojos plásticos, modelo MR20, no processo de fabricação.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 0,01

Item 10 - Estojo Plástico - Modelo TRE-MS: MR50

- Confeccionado em PET cristal (Politereftalato de Etileno), ABS (Acrilonitrila butadieno estireno) transparente ou PS (Poliestireno) transparente;
- Espessura: 0,8mm, sendo admitida variação máxima de 0,2mm (entre 0,6mm e 1,00 mm);
- Tipo maleta com fecho e abertura para lacração;
- Borda sulcada para garantir o fechamento do estojo (vide ANEXO II);
- Projeto de estojo com borda sem chanfro / não sulcada não será aceito (vide ANEXO II);
- Inscrição "Justiça Eleitoral" gravada em alto relevo na tampa da caixa;
- Produzido pelo processo de termoformagem;
- Capacidade para armazenamento: no mínimo 50 MÍDIAS DE RESULTADO

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
322105	Unidade	150	R\$ 12,68	R\$ 1.902,50	R\$ 0,01

Item 11 - Molde para estojo de mÍdia modelo MR50

- Molde em alumínio para a fabricação dos estojos plásticos modelo MR50.
- Deve ser com refrigeração.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 5.980,00	R\$ 5.980,00	R\$ 0,01

Item 12 -Faca de corte para estojo de mÍdia modelo MR50

- Faca de Corte para separação dos estojos plásticos, modelo MR50, no processo de fabricação.

CATMAT	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
286773	Unidade	01	R\$ 1.350,00	R\$ 1.350,00	R\$ 0,01

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de setembro de 2021 e Portaria 131/2023 TRE-MS.

1.3. Os serviços, objeto desta contratação, em que pese tratar de confecção de estojos com modelos e medidas personalizados para atender a demanda desta Justiça Eleitoral, tratam-se de serviços comuns e de baixa complexidade, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. A vigência da contratação poderá ser extinta antes do prazo disposto na cláusula 1.4 após a execução total do objeto.

1.5. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

Justificativa do Agrupamento

1.6 A unidade requisitante entende que a aquisição fracionada dos itens, embora possível, poderia permitir a variação nos tipos de materiais e medidas, levando a necessidade de maior controle administrativo das equipes de testes e recebimento de materiais.

1.7. Em segundo lugar, a possibilidade de separar os itens, pode reduzir o interesse dos possíveis fornecedores, uma vez que a quantidade de estojo que serão produzidos, é relativamente pequena, sendo afetado diretamente pela economia de escala.

1.8. Frente ao exposto conclui-se mais vantajoso que os objetos sejam adjudicados a um único fornecedor.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo I-A deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI 0009204-19.2022.6.12.8000 publicado na página deste TRE/MS na internet.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição dos serviços encontra-se no capítulo 1 deste Termo de Referência e, de forma pormenorizada, nos tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I -A, deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Nos termos do capítulo 12 dos Estudos Técnicos Preliminares, os materiais e suprimentos empregados nas urnas eletrônicas, além da própria urna eletrônica, são preservados após entrar em desuso e são descartados somente após comando emanado pelo TSE, que regula e terceiriza o descarte ecologicamente correto após processo de licitação.

4.1.1. Além disso, será minimizado a geração de resíduos sólidos advindos deste serviço. Devendo-se primar pela máxima: Não gerar; Reduzir; Reutilizar; Tratamento e Disposição Final ambientalmente correta.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), tendo em vista a baixa complexidade do objeto.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Todos os itens deverão ser produzidos de acordo com as instruções constantes neste Termo de Referência e desenhos apresentados no Anexo II.

5.1.1. As medidas sugeridas no Anexo II constituem o tamanho máximo permitido para todas os estojos/maletas, que será baseada na medida do modelo MR50.

5.1.2. Deverá existir um espaço lateral de pelo menos 3mm entre as filas de mídias armazenadas, sendo certo que o espaço constante nas fotos de amostra de posicionamento não se apresenta de acordo com o esperado, dadas as limitações de ambiente para simulação.

5.1.3. O formato do plástico deve ser anatômico, de modo a encaixar as mídias e não as deixar cair quando transportada.

5.2. O TRE/MS poderá ceder os estojos antigos e atualmente em uso, assim como mídias do tipo MA e do tipo MR, para que o contratado possa realizar testes e para compreender melhor o objeto.

5.3. A contratada deverá produzir quatro MOLDES DE ALUMÍNIO para injeção de estojos plásticos no processo de fabricação (itens 2, 5, 8 e 11). Ao final, os MOLDES DE ALUMÍNIO pertencerão à Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

5.4. Também deverá produzir quatro FACAS DE CORTE para separação dos estojos plásticos no processo de fabricação (itens 3, 6, 9, 12). Ao final, as FACAS DE CORTE pertencerão à Justiça Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

5.5. E ainda, produzir ESTOJOS PLÁSTICOS que serão empregados no armazenamento e transporte das mídias utilizadas nas urnas eletrônicas (itens 1, 4, 7, 10).

5.6. Antes da fase de produção total dos estojos, fica a contratada obrigada a **apresentar projeto dos moldes de alumínio e das facas de corte, assim como encaminhamento de amostras de cada um dos modelos de estojos**, para que haja a devida APROVAÇÃO do projeto e AUTORIZAÇÃO DE PRODUÇÃO dos estojos, pela unidade requisitante.

5.7. Com relação às **amostras dos estojos**, serão avaliadas as características dos objetos, sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, a qualidade, o acabamento e, **principalmente, a espessura e rigidez do plástico empregados na produção dos estojos, isto porque trata-se de característica de extrema importância para a utilização segura, funcional e prática das mídias.**

5.7.1. Também será verificado o posicionamento (ângulo) que as mídias ficarão acondicionadas, de modo que deva ser possível a leitura do código de barras, sem que haja a necessidade de manuseá-las uma a uma.

5.7.2. Amostras que não se mostrem aptas à utilização da forma acima descrita ou que se mostrem incapaz de atingir a finalidade a que se destina serão recusadas pela unidade requisitante.

5.8. Os custos de remessa e transporte das amostras, dos estojos após processo de produção, dos moldes e das facas, assim como a elaboração e o encaminhamento do projeto das maletas, deverão fazer parte da composição dos custos dos objetos a serem produzidos.

5.9. O prazo de entrega dos itens será o seguinte:

5.9.1. **15 dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho, para a elaboração dos **projetos**;

5.9.1.1. A análise dos projetos será realizada pela Unidade Requisitante, no prazo de 3 dias úteis contados do recebimento do projeto;

5.9.1.2. Havendo necessidade de realização de ajustes, a empresa será comunicada e terá 3 dias úteis para a devida alteração;

5.9.1.3. A empresa realizará quantas versões do projeto a Unidade Requisitante julgar necessária, para o atendimento das características do objeto.

5.9.2. Após aceite o projeto, a empresa realizará os moldes e as facas e encaminhará **AMOSTRAS** dos estojos, para avaliação da unidade requisitante;

5.9.2.1. O prazo para envio das primeiras amostras será de **30 dias** contados da manifestação de aceite do projeto;

5.9.2.2. A unidade requisitante decidirá pela aceitação ou não da amostra da empresa para o respectivo item, podendo, inclusive, efetuar registros fotográficos ou de vídeo das amostras, de modo a documentar a análise realizada;

5.9.2.3. Sendo aprovada a amostra, a empresa será comunicada, dando início ao prazo para o envio da totalidade dos estojos plásticos;

5.9.2.4. Caso haja a reprovação, a empresa também será comunicada e terá o prazo de **15 dias** para o encaminhamento de novas amostras.

5.9.2.5. Os **projetos**, assim como as **amostras** deverão ser enviadas para apreciação e aprovação da SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO (SEVIN), localizado na Rua Delegado Alfredo Hardman, 184, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, no horário de 9:00 h às 17:00 h, de segunda à sexta-feira e a comunicação poderá ocorrer por intermédio do celular (67) 9 9332 8558 ou do e-mail **cocle.sevin@tre-ms.jus.br**.

5.9.3. Aceito a amostra, a **totalidade dos estojos** deverão ser entregues no Almoxarifado do TRE/MS, localizado na Rua Delegado Alfredo Hardman, 184, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, no horário de 12:00 h às 17:00 h, de segunda à sexta-feira.

5.9.3.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

5.9.3.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 e (67) 2107-7080.

5.9.4. O prazo para o **encaminhamento da totalidade dos estojos**, assim como os moldes e as facas, será de até **30 dias**, contados do aceite das amostras.

5.9.4.1. As remessas podem ocorrer conforme finalize a produção de cada um dos 4 modelos exigidos: MA20, MA50, MR20 e MR50.

5.10. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.10.1. Na solicitação de prorrogação de prazo de entrega deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5.10.2. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.10.3. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.11. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.13. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidores da SEÇÃO DE VOTO INFORMATIZADO (SEVIN) do TRE/MS.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que

demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os moldes e estojos serão recebidos **provisoriamente**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório ficará à cargo da **Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA)**, conforme descrito a seguir.

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

7.2. As maletas e os moldes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** se dará pela equipe de fiscalização do contrato e ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação

de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

7.9. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

7.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.10.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.11. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.11.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.12.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.19. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**
- b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;
- c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;
- d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 41.434,00 (quarenta e um mil, quatrocentos e trinta e quatro reais)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.30.16;
- e) Plano Interno: ADM MAT EXP;

11. CAPÍTULO - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções

cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada ADVERTÊNCIA por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

3. Será aplicada MULTA:

- a) de 0,5% (meio por cento), sobre o valor total contratado, referente ao item e por dia de atraso na entrega, superior a 5 dias, contada desde o primeiro dia de atraso até o 20 (vigésimo) dia. A partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, o percentual passa a ser de 1% (um por cento) por dia de atraso e limitado ao montante de 30% (trinta por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total desta contratação, passível de rescisão;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por atraso no cumprimento dos prazos para encaminhamento de amostra do material, caso não haja justificativa plausível aceita pela Administração;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, por falha ou defeito no fornecimento do material (item) não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;
- d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- e) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, caso a entrega do material (item) esteja em desacordo com a especificação, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- f) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total contratado, por ocorrência, no caso de não emissão de documento hábil, imprescindível para pagamento;
- g) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total contratado se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta contratação, levar o TRE/MS à extinção, podendo ser cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos

pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste capítulo.

3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

4. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) der causa à inexecução total da contratação;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5. Será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE quando o contratado:

a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS.

6. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11. As sanções de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR e DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12. Da aplicação das sanções ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13. Da aplicação da sanção de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 3.7.

16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência

12.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência (Anexo I).

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.6. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.6.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

13.8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, MS.

Domingos Sávio de Souza Ribeiro Bastos

Integrante Demandante

Érika Murackami Duarte da Rosa

Integrante Administrativo

Juarez Potencio de Oliveira

Integrante Técnico



Documento assinado eletronicamente por **JUAREZ POTENCIO DE OLIVEIRA, Analista Judiciário**, em 28/08/2023, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário**, em 29/08/2023, às 10:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1496667** e o código CRC **4A9B08DB**.



0005415-75.2023.6.12.8000

1496667v2